



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 19h09.

Às dezenove horas e nove minutos do décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no Prédio sito à Praça Dr. Horácio Ramalho, nº 156, Edifício José Camilo de Camargo, Sala das Sessões Presidente Manoel dos Santos, a Audiência Pública que tem como tema a apresentação e debates sobre o Projeto de Lei nº 6.335/2025, que trata sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, encaminhado pelo Poder Executivo a esta Casa de Leis. Presentes os Vereadores: Vice-Presidente - **RAIMUNDO SILVA DE SOUSA**; 1º Secretária – **MARIA APARECIDA DE AZEVEDO**; 2º Secretária – **LÍVIA ZUPPANI**. Presentes os Vereadores: **ARMANDO PERIA, CLAUDINEI BATISTA DOS SANTOS, FERNANDES FRANCISCO DA SILVA, GABRIEL BELARMINO INÁCIO DA SILVA, JHONNATS MAICON ADORNO DE OLIVEIRA, MARCELO MARINHO DOS SANTOS, MIRIAN PONZIO, ROSEMEIRE APARECIDA MAZZINI e VALDÉCIMO MODESTO SOBRINHO**. Foram convocados para prestar seus serviços nesta Sessão Ordinária os seguintes funcionários desta Edilidade: **ELISANDRA MACHADO VALADARES, IRINA PARISE MATTOS, JOÃO PEDRO CUCOLICCHIO ROSA, JOÃO VITOR MOHIEDDINE YULE, JUAREZ ALVES DOS SANTOS, JULIANA MARTA QUIMELLO e NILTON CESAR MORSELLI**. Foi convidado para participar desta Audiência Pública, e discorrer sobre o tema, o Secretário Adjunto da Fazenda da Prefeitura Municipal, senhor **RAFAEL GILHI**. Fez a abertura da audiência o Vice-Presidente da Câmara **RAIMUNDO DO RANCHO**. Raimundo justificou a ausência do Presidente da Câmara **BETO GIROTTO** e do vereador **ARNALDO BAPTISTA**, e posteriormente convidou Secretário Adjunto da Fazenda para discorrer sobre o tema. O secretário adjunto, Rafael Gilhi abriu sua participação nesta audiência com as explicações técnicas sobre Lei Orçamentária Anual – LOA 2026. Rafael lembrou que foi elaborada, debatida e votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO há dois meses, e ressaltou que todo ano deve ser elaborada, debatida e votada a Lei Orçamentária Anual – LOA. Disse que a LOA é um instrumento adotado pela Administração Pública, que estima as receitas a serem arrecadadas, fixa as despesas a serem realizadas no exercício financeiro seguinte. Continuou suas explicações dizendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê os três instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Em seguida, falou sobre a composição do sistema de planejamento, nos quais estão compostas pela Administração Direta, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, e a Administração Indireta. Sobre a evolução de receita, está previsto para o ano de 2025 o valor de R\$ 349.933.300,46 (trezentos e quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e três mil, trezentos reais e quarenta e seis centavos) e para o ano de 2026 estima-se o valor de R\$ 379.050.000,00 (trezentos e setenta e nove milhões e cinquenta mil reais). Sobre a previsão das receitas, 99,99% são de receitas correntes. Sobre a fonte de recursos, 53,73% vem do tesouro próprio, e o restante de convênios com o Estado de São Paulo, convênios federais e recursos próprios da Administração Indireta. Ressaltou que as emendas impositivas estão previstas na Reserva de Contingência. Sobre as despesas, o total geral de despesas do município é de R\$ 379.050.000,00 (trezentos e setenta e nove milhões e cinquenta mil reais). Sobre a previsão de gastos com pessoal, a despesa líquida está dentro do limite legal. Neste momento, foi aberta a palavra aos vereadores para fazerem as perguntas ao Secretário Adjunto da Fazenda. Em seguida, fez o uso da palavra o vereador **VÉIO MODESTO**. Véio perguntou sobre os valores previstos para emenda impositiva. Foi respondido que ainda não havia um valor exato para informar. Após, fez o uso da palavra o vereador **DELO BATE BOLA**. Delo perguntou sobre a legalidade da mudança de



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

orçamento, pois todas as Secretarias da Prefeitura Municipal tiveram diminuição do orçamento. Foi informado que a alteração é legal, tendo em vista que, anteriormente, as despesas com pessoal estavam distribuídas individualmente entre cada Secretaria. Com a mudança, todos os gastos de pessoal passaram a ser centralizados na Secretaria Municipal de Administração, o que está de acordo com as normas vigentes. Em seguida, **DELO BATE BOLA** fala sobre a falta de investimento na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Posteriormente, fez o uso da palavra o vereador **JHOW ADORNO**. Jhow pergunta se foi transferido o orçamento de todas as Secretarias para a Secretaria Municipal de Administração. Foi respondido que sim, pois a Secretaria Municipal de Administração possui melhor capacidade técnica para gerir as despesas com pessoal. Após, fez o uso da palavra o vereador **GABRIEL BELARMINO**. Gabriel manifestou preocupação quanto aos impactos decorrentes da redução do orçamento destinado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, destacando possíveis prejuízos às atividades e programas desenvolvidos pela pasta. Em seguida, fez o uso da palavra a vereadora **MIRIAN PONZIO**. Mirian pergunta se há a previsão no orçamento para a realização do concurso público previsto para o ano que vem. Foi respondido que há previsão no orçamento. Posteriormente fez o uso da palavra a vereadora **LIVIA ZUPPANI**. Livia questionou se o orçamento municipal é elaborado pelo Estado, pelo Município ou pela União. Foi esclarecido que o orçamento é de responsabilidade do Município e é elaborado com base na análise das receitas municipais. Após, o vereador **DELO BATE BOLA** apresentou questionamentos sobre os cargos em comissão, solicitando esclarecimentos quanto à previsão orçamentária destinada ao pagamento desses servidores. Foi informado que as despesas com servidores comissionados estão inseridas no mesmo agrupamento de gastos com pessoal efetivo no orçamento municipal. Em seguida, Rafael Gilhi apresentou esclarecimentos sobre a composição dos gastos no orçamento, utilizando como exemplo o Fundeb. Explicou que, neste caso, o município precisou complementar os valores, uma vez que os recursos repassados para essa finalidade foram inferiores ao montante efetivamente despendido. Posteriormente, o vereador **BAIXINHO DO POSTO** comenta sobre gastos com reformas no município e falta de manutenção em vários locais. Após, o vereador **FERNANDINHO CABELEIREIRO** fez o uso da palavra. Fernandinho pergunta onde está inserida a verba para obras no orçamento. Foi respondido que está previsto em Despesas de Capital, em Investimentos. Em seguida, a vereadora **LIVIA ZUPPANI** pergunta sobre dívidas da Prefeitura e bloqueios judiciais. Rafael responde que o problema é mais financeiro do que orçamentário. Em seguida, a vereadora **MIRIAN PONZIO** faz questionamentos sobre a conclusão de obras de creches, e pergunta se essas obras estão previstas no orçamento. Foi respondido que algumas sim mas outras não. Posteriormente fez o uso da palavra o Secretário Municipal da Fazenda, senhor Tadeu Giollo. Tadeu diz que o orçamento previsto não pode ser nem superestimado e nem subestimado. Posteriormente, o vereador **BAIXINHO DO POSTO** perguntou ao Secretário da Fazenda sobre bloqueios de verbas enviadas pelos Deputados ao município. Tadeu respondeu que essa situação já foi regularizada. Não havendo perguntas, o Vice-Presidente da Câmara, **RAIMUNDO DO RANCHO**, agradeceu a presença do senhor Rafael Gilhi nesta Audiência Pública e agradeceu também pelas explicações, e após fazer suas considerações finais, encerrou a presente Audiência Pública às 19h46min. E para constar eu _____ **JOÃO VITOR MOHIEDDINE YULE**, lavrei a presente Ata, que conforme o disposto nos artigos 156 e 157 do Regimento Interno (ata eletrônica), a gravação encontra-se arquivada no sistema de gerenciamento eletrônico na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal.